

## BOLETIM 341

Brasília, 2 de maio de 2017

# Mobilização para o País em repúdio às reformas de Temer

A greve geral na sexta (28), contra as medidas neoliberais do governo Temer foi um sucesso. Os protestos ocorreram nos 26 Estados e no DF, reunindo milhares de pessoas. Trabalhadores das mais diversas categorias ocuparam as ruas, para dizer não às reformas trabalhista e previdenciária, além da terceirização ilimitada que impõe o capitalismo selvagem aos trabalhadores.

Servidores públicos, bancários, motoristas de ônibus e outros trabalhadores no setor de transportes, como metroviários, ferroviários e rodoviários, além de professores do setor público e privado, metalúrgicos, petroleiros e portuários estão entre as categorias que mais aderiram ao movimento. Em diversas regiões do país, os trabalhadores da construção civil também paralisaram suas atividades.

Sem transporte público, ruas de várias capitais e cidades do interior, em todas as regiões do País, ficaram vazias no maior movimento grevista dos últimos anos. Também houve bloqueios em rodovias de vários Estados, como Maranhão, Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Nas cidades, grandes avenidas foram transformadas em palco de manifestações.



A paralisação foi realizada pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical e CGTB, e contou com o apoio de outras importantes organizações da sociedade como a OAB, CNBB e entidades representativas da magistratura. Os presidentes das Centrais se reuniram à tarde em frente à sede do INSS, no Centro de São Paulo (*foto*), para fazer um balanço das ações. Na avaliação unânime dos dirigentes sindicais que organizaram o movimento, a paralisação superou as expectativas. Estima-se que 40 milhões de trabalhadores cruzaram os braços.

*Fonte: Agência Sindical*

## Nota conjunta das Centrais no 1º de Maio

O dia 28 de abril de 2017 entrará para a história do povo brasileiro como o dia em que a maioria esmagadora dos trabalhadores disse NÃO à PEC 287, que destrói o direito à aposentadoria, NÃO ao PL 6787, que rasga a CLT e NÃO à lei 4302, que permite a terceirização de todas as atividades de uma empresa!

Sob a palavra de ordem “Em 28 de abril vamos parar o Brasil” todas as centrais sindicais e

suas bases se mobilizaram, de norte a sul do país, impulsionando uma imensa paralisação das atividades e grandes manifestações de protesto. Trabalhadores dos transportes urbanos, das fábricas, comércio, da construção civil, prestadores de serviços, escolas, órgãos públicos, bancos, portos e outros setores da economia cruzaram os braços.

E este ato contou com o apoio dos movimentos sociais, como a UNE, de entidades da sociedade civil como a CNBB, a OAB, o Ministério Público do Trabalho, associações de magistrados e advogados trabalhistas, com o apoio dos nossos companheiros do movimento sindical internacional, e contou também com uma enorme simpatia popular.

Com nossa capacidade de organização, demos um recado contundente ao governo Temer e ao Congresso Nacional: Exigimos que as propostas nefastas que tramitam em Brasília sejam retiradas. Não aceitamos perder nossos direitos previdenciários e trabalhistas.

Nos atos de todas as centrais sindicais pelo país neste 1º de Maio de 2017, dia do trabalhador, reafirmamos nosso compromisso de unidade para derrotar as propostas de reforma da previdência, da reforma trabalhista e da lei que permite a terceirização ilimitada.

O próximo passo é Ocupar Brasília para pressionar o governo e o Congresso a reverem seus planos de ataques aos sagrados direitos da classe trabalhadora. Sobre essa base, as centrais sindicais estão abertas, como sempre estiveram, ao diálogo.

Se isso não for suficiente assumimos, neste 1º de Maio, o compromisso de organizar uma reação ainda mais forte.

***Assinam todas as Centrais Sindicais***



***No Paraná, Reinaldim, presidente da FETRACONSPAR, participa do movimento***



***No PI, Raimundo Nonato, presidente da FETICM: categoria presente na paralisação***

## **Construção civil também participa do movimento**

Em diversas regiões do Brasil os trabalhadores da construção civil e do mobiliário, maiores vítimas da política de recessão e de desemprego que atinge a economia, participaram ativamente do movimento realizado dia 28 de abril, em muitos casos paralisando suas atividades laborais.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, avaliou como “muito positiva a manifestação e a participação de nossa categoria, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos devido à resistência patronal”.

Mazinho, que estava em São Paulo no dia da Greve Geral, avaliou que “o dia 28 foi um



recado dos trabalhadores e da sociedade para um governo insensível que só pensa em retirar direitos e atender ao interesse do grande capital e do mercado”.

“A votação da reforma trabalhista foi um exemplo claro de como pretendem desmontar a CLT, uma conquista histórica dos trabalhadores, e fragilizar as entidades sindicais”, sentenciou o presidente da CONTRICOM.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Dia do Trabalhador foi comemorado com Meia Maratona em Brasília

Organizado pela Nova central e com mais de três mil participantes (*foto*), o 1º de Maio – Dia do Trabalhador – foi lembrado com duas competições de rua e participação atletas da elite brasileira e internacional, além de corredores amadores de todo o País. Os competidores foram divididos em dois percursos: 5 km, para iniciantes e pessoas com necessidades especiais e 21 km, para os profissionais.

A largada da “1ª Meia Maratona Nova Central” foi na Esplanada dos Ministérios (Rua das Bandeiras - em frente ao Congresso Nacional) passou por monumentos históricos da cidade, parte do Eixo Norte e terminou no mesmo local de partida. Todos (as) maratonistas receberam uma medalha e os vencedores de cada modalidade, troféus e prêmios em dinheiro.

O presidente da Nova Central, José Calixto Ramos saiu em caminhada no meio da multidão.



Bem humorado comentou, que mesmo os trabalhadores não tendo motivos nobres para festejar, o evento serviu para descontrair e refletir sobre os próximos passos a serem dados na luta contra as reformas de Temer e seus aliados no Congresso.

“Após nossa vitoriosa e histórica Greve Geral no dia 28 de abril onde mobilizamos mais de 30 milhões de pessoas por todo País, em comum acordo com as demais centrais, definimos de que é preciso aumentar a temperatura e exigiremos que as propostas nefastas que tramitam em Brasília sejam retiradas. Não aceitaremos perder nossos direitos”, relatou Calixto.

Segundo o presidente da CONTRATUH e também da NCST, Moacyr Tesh Auesvald, que esteve à frente da organização do evento, “a maratona foi um sucesso e, também, serviu para que os trabalhadores se manifestassem contra as medidas do governo que retiram direitos trabalhistas e previdenciários”.

O dirigente sindical afirmou que “essa iniciativa, pelo seu êxito, deverá se repetir nos próximos anos como uma forma de estimular a participação dos trabalhadores em sua data histórica”.

*Fonte: NCST*



## Comissão especial deverá encerrar discussão da reforma da Previdência nesta terça-feira

A Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 287/16) adiou o final da discussão do relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). O presidente da comissão, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), disse que pretende terminar a lista de inscritos nesta terça-feira (2) e votar o substitutivo até quinta-feira (4).

Marun justificou o adiamento da discussão desta quinta-feira (27), quando não houve quórum para os debates, pela votação da reforma trabalhista no Plenário da Câmara, que se estendeu até a madrugada. Ele afirmou também que "o Plenário da Câmara estará mais tranquilo nos próximos dias, o que vai permitir uma maior concentração de deputados na comissão especial".

**Placar no Plenário** - O pemedebista disse que o placar da votação da reforma trabalhista, que teve 297 votos a favor, não foi tão ruim para o governo, embora esteja abaixo dos 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência.

**Ganhar tempo** - Mas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) avalia que o governo já perdeu votações na questão do ajuste fiscal dos estados e não conseguiu uma vitória expressiva na reforma trabalhista.

Para ele, os votos contrários vão crescer com as manifestações de rua e com o maior esclarecimento da população: "Olha, a nossa ideia

é ganhar tempo. Nosso jogo é esse. Quer dizer, se começar a votação na quarta (3), logicamente não termina nesta semana. Vai para a semana subsequente".

O relator, Arthur Oliveira Maia, tem dito que vai voltar a conversar com as bancadas dos partidos aliados ao governo para mostrar que várias alterações sugeridas por eles já foram feitas.

**Voto contrário** - O deputado Pepe Vargas (PT-RS) disse que a oposição vai votar contra o texto, mas aceita discutir a questão previdenciária de uma outra maneira: "Não tem negociação em torno desta proposta. Ela tem que ser rejeitada e aí iniciar um debate sério sobre o futuro da Previdência, à luz da transição demográfica real que vai acontecer, à luz de uma previsão de desenvolvimento do País. Daí, sim, a gente pode fazer um debate. Agora, com essa proposta não tem negociação. É voto contra, sem negociação".

*Fonte: Agência Câmara*

## Previdência: Pesquisa mostra que 71% repudiam reforma

O povo não engoliu as alterações superficiais na reforma de Previdência. Pesquisa Datafolha divulgada neste final de semana mostrou que sete em cada dez brasileiros são contra a reforma da Previdência Social. A maior rejeição vem de trabalhadores do serviço público e vem crescendo entre mulheres (73%), assalariados que recebem entre 2 e 5 salários



mínimos (74%), jovens de 25 a 34 anos (76%) e aqueles que tem ensino superior (76%).

O resultado das pesquisas tem sido um pesadelo para Temer. A mesma pesquisa que constatou a rejeição à reforma da Previdência também detectou que 63% dos brasileiros querem a saída de Temer e diretas já. Foram 2.781 entrevistas realizadas em 172 municípios nos dias 26 e 27 de abril, véspera da greve geral que parou o país no dia 28 de abril.

Entre os aspectos da reforma mais condenados pelos entrevistados do Datafolha estão a idade mínima e a nova fórmula para calcular o benefício. Não há concordância entre os entrevistados com nenhuma das alterações sugeridas por Temer. Isso acontece mesmo entre aqueles que consideram importante acontecer uma reforma.

A proposta atual da reforma de Temer estabelece idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e de 62 para mulheres. Atualmente, homens podem se aposentar aos 60 anos (mais 35 de contribuição) e mulheres aos 55 anos (mais 30 de contribuição). Temer quer que o trabalhador contribua 40 anos para receber o total dos benefícios.

A pesquisa questionou os entrevistados sobre idade mínima, fórmula de cálculo e tempo de contribuição e as respostas foram: 87% declararam oposição às mudanças. Desse total, 83% são contra o tempo necessário para benefício pleno: 60% citaram a regra e outros 23% rejeitaram todas as três mudanças.

Outros 27% são contra a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria dos homens e 25% se opõem à idade de 62 anos para mulheres.

As mudanças rejeitadas pela população fazem parte do substitutivo do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da reforma da Previdência.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Correção dos benefícios de previdência privada foi desvinculada do salário mínimo antes da Constituição de 88

Os reajustes anuais dos benefícios de previdência privada calculados com base na variação do salário mínimo se deram apenas até a entrada em vigor da Lei 6.435/77.

Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial em que se discutia se a desindexação do salário mínimo para fins de correção de benefícios de previdência privada teve início antes ou depois da Constituição de 1988.





No recurso, alegou-se que o tribunal de origem, ao considerar a Constituição como o início da desvinculação, afrontou jurisprudência pacífica dos tribunais superiores.

Em seu voto, o relator, ministro Villas Bôas Cueva, explicou que desde 1975 o governo federal, na tentativa de frear a inflação, editou normas instituindo novo regime monetário para desvincular a economia baseada no salário mínimo como fator de reajustes e instituir, em seu lugar, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN).

No caso específico dos planos de previdência privada, o magistrado ressaltou que, com a edição da Lei 6.435/77, os reajustes dos benefícios também poderiam ocorrer de acordo com outro índice previamente aprovado pelo órgão normativo competente.

**Índices substitutos** - O ministro afirmou que, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a mudança do parâmetro de reajuste dos benefícios não fere direito adquirido do beneficiário. Portanto, ele não tem direito à manutenção do salário mínimo como índice de correção, mas sim ao índice adotado pela legislação em vigor no momento do recebimento.

“O assistido possui direito adquirido ao benefício previdenciário complementar em si mesmo e à efetiva atualização monetária de seu valor, mas não a determinado índice de correção monetária. A substituição de um indexador por outro é possível desde que idôneo para medir a inflação, recompondo a obrigação contratada”, disse Villas Bôas Cueva.

Segundo o ministro, “com a vedação legal da utilização do salário mínimo como fator de correção monetária para os benefícios da

previdência privada (advento da Lei 6.435/77), devem ser aplicados em substituição os índices estipulados, ao longo dos anos, pelos órgãos do Sistema Nacional de Seguros Privados, sobretudo para os contratos de previdência privada aberta: na ordem, ORTN, OTN, IPC, BTN e TR. Após o reconhecimento da inadequação da TR para corrigir tais benefícios, deve ser adotado um Índice Geral de Preços de ampla publicidade.”

“A lei que modifica o regime monetário e a economia nacionais possui natureza institucional e estatutária, o que justifica a sua incidência imediata, inclusive em contratos em curso de execução”, concluiu o relator.

*Fonte: STJ*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**